

Câmara adia para hoje dívida dos estados

Programa chegou a entrar na pauta de terça-feira da Casa

Por Karoline Cavalcante

Em meio a especulações, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) chegou a ser pautado pela Câmara dos Deputados nesta terça-feira (3). Porém, a discussão foi adiada. A expectativa é que o projeto seja votado nesta quarta-feira (4). Segundo apurações do Correio da Manhã, o adiamento ocorre a pedido do relator para ajustar alguns detalhes finais do texto.

O PLP é destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do

Distrito Federal com a União, e desde setembro deste ano tramita em regime de urgência. Na última quinta-feira (28), o deputado federal Doutor Luizinho (PP-RJ) foi designado relator do projeto, que é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O projeto já foi aprovado no Senado.

Ao apresentar o seu parecer preliminar, o relator afirmou que o texto visa incentivar investimentos em áreas sensíveis, como educação, segurança pública e infraestrutura. Ele destacou também que a proposta é benéfica para a União, pois permitirá que as dívidas, atualmente suspensas, sejam novamente pagas, gerando receitas para o governo federal.

“O Propag, portanto, é uma solução que permitirá que os estados solucionem de forma definitiva o pro-



Relatório de Doutor Luizinho deve ser votado na quarta

blema do endividamento e que a União volte a receber os pagamentos das dívidas. Finalmente, ao propor a solução para a questão do endividamento, esta proposição trata de dois pontos cruciais: o equilíbrio federativo e a responsabilidade fiscal”, iniciou.

“Quanto ao equilíbrio federativo, este projeto de lei complementar irá beneficiar proporcionalmente os entes mais endividados. Em relação à responsabilidade fiscal, o projeto propõe que os Estados que aderirem ao Propag limitem o crescimento de suas despesas primárias de forma similar ao Novo Arcabouço Fiscal”, acrescentou Luizinho no documento.

Propag

Entre as medidas do Propag, estão o alívio da carga de endividamento, que soma mais de R\$ 765 bilhões, sendo que cerca de 90% diz respeito a quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança. Também será criado um novo fundo federal para compensar os estados menos endividados.

Os estados também terão que aderir a regras fiscais, como o limite no crescimento de suas despesas primárias.

O programa autoriza descontos nos juros e dá o prazo de 30 anos para pagamento, com

a adesão definida até dezembro de 2025, no entanto, impõe restrições, como a contratação de novas operações de crédito pelo estado para o pagamento das parcelas da dívida refinanciada; e o risco de exclusão do programa em caso de inadimplência — por três meses consecutivos, ou por seis meses não consecutivos no prazo de 36 meses.

Além disso, será mantida a taxa de juros atualmente cobrada pela União, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de 4% ao ano. Mas haverá descontos de acordo com o montante da dívida que será quitado na entrada e outras regras fiscais e financeiras específicas. Com isso, estados poderão alcançar taxas de juros de IPCA mais 0%, 1% ou 2%.

Autorizado “em cima da hora”, Bolsonaro não vai a velório

Por Karoline Cavalcante

Interlocutores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmaram nesta terça-feira (3) ao Correio da Manhã que a autorização para comparecer ao velório da mãe do presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, chegou “em cima da hora”, o que impossibilitou a viagem até a cidade. Bolsonaro e Costa Neto são alvos de uma investigação sobre suposta tentativa de golpe de Estado em 2022 e estão, por essa razão, impedidos de manter contato.

Leila Caram Costa faleceu aos 99 anos desta terça. O velório foi realizado na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes e o sepultamento no Cemitério São Salvador, no município de Mogi das Cruzes, em São Paulo.

Os advogados do ex-presidente farão uma nova solicitação para que ele possa participar da missa de sétimo dia. No entanto, a ex-primeira dama e presidente do PL Mulher, Michelle Bolsonaro, esteve presente no momento. “Recebemos com muita tristeza a notícia do falecimento da Sra. Leila Costa, mãe do nosso querido Presidente Valdemar. Estaremos orando para que Deus conforte os corações dos familiares, parentes e amigos para que possam superar com paz e serenidade esse momento tão difícil”, lamentou Michelle.



Bolsonaro alegou que não haveria tempo de chegar

Decisão

A defesa do ex-presidente entrou com uma petição na Suprema Corte, por volta das 10h desta terça, solicitando a permissão para comparecer ao velório. “comprometendo-se o peticionário a não manter quaisquer conversas sobre as investigações em curso”, diz o trecho.

Em decisão publicada no período da tarde, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes concedeu a liberação “em face da excepcionalidade do pedido e da afirmação da defesa”.

“Trata-se de manifestação, por meio da qual requer-se, em caráter excepcional, autoriza-

ção para Jair Messias Bolsonaro comparecer ao velório e sepultamento da genitora de Valdemar Costa Neto”, iniciou Moraes. “Ressalte-se o caráter provisório da presente decisão, que não dispensa o requerente do cumprimento das demais medidas cautelares a ele impostas. Intime-se, com urgência, o requerente, na pessoa de seu advogado constituído”, acrescentou.

Adicionalmente, o magistrado ressaltou que não há nenhum impedimento para Bolsonaro se deslocar pelo território nacional. O ex-presidente, porém, está proibido de sair do país, com o passaporte retido desde fevereiro de 2024.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Mário Agra/Câmara dos Deputados



José Guimarães disse que Lula é contra alterações

Líder: governo vai recorrer de mudanças em emendas

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) insistiu que o presidente Lula é contra as exigências adicionais determinadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, para liberar parte das emendas parlamentares. Segundo ele, o governo tentará liberar, até depois de amanhã, cerca de R\$ 8 bilhões de emendas — metade do que está represado.

Em sua fala durante a reunião de líderes, Guimarães disse que, por determinação de Lula, a Advocacia-Geral da União entraria com um recurso — embargo declaratório — para tentar mudar a decisão de Dino.

A medida foi respaldada pela maioria dos ministros do STF e aumenta a transparência sobre origem e aplicação das verbas.

Conversas

Lula, também de acordo com Guimarães, ficou de conversar com Dino e com o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, para tentar mudar as exigências. Na reunião, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) falou em quebra de acordo por parte de Dino.

Na pressão

O problema é que boa parte dos deputados acredita que Dino faz tabelinha com Lula. Mas a disparada do dólar e a necessidade de aprovação imediata do pacote de redução de despesas indicam que o governo percebeu que não dá pra levar a briga adiante.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Hugo Leal prevê aprovação do pacote fiscal

Para deputado, STF faz Brasil ter sistema ‘tricameral’

O deputado Hugo Leal (PSD-RJ) ironiza a participação do STF no processo de elaboração de regras para a liberação de emendas parlamentares. “O Brasil é o único país que tem um legislativo tricameral: Câmara, Senado e Supremo”, afirma. Advogado, ele classifica de “estapafúrdia” a necessidade de a corte homolo-

gar uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República.

Ele, porém, avalia que as mudanças não são tão graves. Para Leal, a liberação de emendas por parte do governo fará com que o pacote fiscal seja aprovado sem problemas. “É o décimo terceiro do Legislativo”, brinca.

Risco da PEC

A Associação Brasileira de Reprodução Assistida está preocupada com a Proposta de Emenda à Constituição que considera inviolável a vida desde a concepção. Diz que a PEC pode impactar negativamente os resultados e a eficiência de tratamentos de reprodução assistida.

Prejuízos

A Abra frisa que as técnicas envolvem casos de formação de embriões em laboratório, com a união de óvulos com espermatozoides. A limitação ou inviabilização desse processo prejudicaria muitos casais. Hoje, é possível fazer o descarte de embriões não utilizados.

Sonhos

A entidade diz respeitar o debate legislativo. Mas ressalta que a reprodução assistida “é uma especialidade médica que transcende a ciência, tocando diretamente os sonhos e esperanças de milhões de pessoas que necessitam de sua ajuda para formar uma família”.

Cores da mala

Diante da possibilidade de a chamada “mala branca” entrar em campo nesse final de Brasília, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) adverte: o Código de Justiça Deportiva proíbe dar ou prometer vantagem indevida para alterar resultados, contra ou a favor.